

POTENCIAL DOS REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO PARA ESTUDOS SOBRE GOVERNANÇA AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO ENVOLVENDO AGROTÓXICOS E POLINIZADORES

¹Thymon Brian Rocha Santana, ²Tatiana Machado de Souza

¹Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Ciências Ambientais (DCAm - UFSCAR), e-mail: thymon@estudante.ufscar.br; ²Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências da Natureza (CCN - UFSCar), e-mail: tatianamachado@ufscar.br

**Grupo 4: Gestão
Ambiental e Políticas
Ambientais**

**Eixo - Gestão integrada na legislação de recursos
naturais.**

Resumo

Os Requerimentos de Informação (RICs) constituem instrumentos formais de fiscalização do Poder Legislativo sobre o Executivo e podem representar uma fonte relevante para estudos em governança ambiental. Este trabalho analisa o potencial desses documentos como base de dados, a partir de um estudo de caso envolvendo RICs relacionados a agrotóxicos e polinizadores na Câmara dos Deputados. Trata-se de uma pesquisa documental, de caráter exploratório e descritivo, com análise de requerimentos entre 2008 e 2020. Os documentos foram coletados por meio de busca por descritores temáticos, organizados em categorias e analisados quanto à sua distribuição temática. Os resultados indicam predominância de temas relacionados à regulação e registro de agrotóxicos, saúde humana e fiscalização, enquanto questões ambientais e de biodiversidade aparecem com menor frequência. Esse padrão sugere uma orientação da atuação parlamentar voltada principalmente a dimensões regulatórias e sanitárias, em detrimento de abordagens ecossistêmicas mais amplas. Conclui-se que os RICs são uma fonte promissora para estudos em governança ambiental, pois permitem identificar prioridades institucionais e padrões de demanda por informação no Legislativo, embora seu uso deva ser complementado por análises qualitativas do conteúdo das respostas do Executivo.

Palavras-chave: Governança ambiental; Política pública; Requerimentos de Informação; Serviços ecossistêmicos; Insumos agrícolas.

Introdução

A formulação e a implementação de políticas públicas ambientais envolvem múltiplos atores, instituições e interesses, o que torna a transparência e os mecanismos de fiscalização elementos centrais para a governança ambiental. No Brasil, essa dinâmica é especialmente evidente no contexto do uso de agrotóxicos, tema que envolve interesses econômicos expressivos, potenciais impactos à saúde humana e à biodiversidade, além da atuação

coordenada de diferentes órgãos governamentais responsáveis por sua regulação e fiscalização (OSTROM, 1990; IPBES, 2016).

Nesse cenário, instrumentos institucionais que registram interações formais entre os poderes públicos podem constituir importantes fontes de informação para análises sobre políticas ambientais. Entre eles destacam-se os Requerimentos de Informação (RICs), previstos na Constituição Federal de 1988, que permitem ao Poder Legislativo solicitar informações ao Poder Executivo sobre assuntos de interesse público, com obrigatoriedade de resposta pelas autoridades competentes (BRASIL, 1988). Além de sua função de fiscalização parlamentar, os RICs constituem registros documentais das demandas por esclarecimentos dirigidas à administração pública.

Embora os RICs sejam reconhecidos na literatura como instrumentos de controle político e fiscalização do Executivo (LE MOS, 2005; ARAÚJO, 2016; MCCUBBINS; NOLL; WEINGAST, 1987), seu potencial como fonte empírica para estudos em governança ambiental ainda permanece pouco explorado. A análise desses documentos permite identificar padrões de atuação parlamentar, temas prioritários, órgãos mais demandados e variações temporais na agenda política, contribuindo para a compreensão de processos de formulação e implementação de políticas públicas.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo avaliar o potencial dos Requerimentos de Informação como fonte de dados para estudos em governança ambiental, a partir de um estudo de caso envolvendo requerimentos relacionados a agrotóxicos e polinizadores na Câmara dos Deputados.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental, de caráter exploratório e descritivo, baseada na análise de Requerimentos de Informação (RICs) da Câmara dos Deputados relacionados ao uso de agrotóxicos e polinizadores.

A coleta de dados foi realizada entre o final de 2020 e o início de 2021, por meio do sistema de busca de proposições da Câmara dos Deputados. As consultas foram realizadas individualmente para cada ano do período de 2008 a 2020, utilizando os termos: agrotóxico, defensivo agrícola, agroquímico, pesticida, herbicida, abelha, abelhas, polinizador e polinizadores. Os RICs disponíveis eletronicamente foram obtidos diretamente na plataforma da Câmara dos Deputados. Para os anos cujos documentos não estavam disponíveis no sistema eletrônico, os requerimentos foram solicitados por meio do canal “Fale Conosco” da

Câmara dos Deputados, permitindo a complementação do banco de dados. Os registros recuperados por mais de um termo de busca foram identificados e as duplicatas removidas.

Todos os documentos recuperados foram submetidos à leitura individual para confirmação da pertinência ao escopo da pesquisa. Em seguida, foi realizada a extração manual das informações de interesse, incluindo número e ano do requerimento, autoria, unidade federativa, partido político, órgão destinatário e temática principal, que foram organizadas em uma planilha para posterior análise.

Nesta primeira etapa da pesquisa foram realizadas análises descritivas do conjunto de RICs, contemplando sua distribuição temporal, frequência por gestão presidencial, autores, partidos políticos, unidades federativas, órgãos destinatários e temas abordados. Essas análises buscaram caracterizar o potencial dos RICs como fonte documental para estudos sobre governança ambiental. A análise qualitativa do conteúdo dos requerimentos e das respostas encaminhadas pelos órgãos do Poder Executivo constitui uma etapa subsequente da pesquisa.

Resultados e Discussão

A análise dos Requerimentos de Informação (RICs) resultou em um conjunto de 95 documentos relacionados ao tema de agrotóxicos e polinizadores no período analisado. Observa-se forte concentração temporal, com destaque para o ano de 2019, que reuniu mais de 40% dos requerimentos. Esse padrão indica intensificação da mobilização parlamentar em torno do tema em um período específico, possivelmente associado ao aumento do debate regulatório e à visibilidade pública do uso de agrotóxicos no país.

No recorte por autoria, destaca-se a participação de determinados partidos políticos, com maior frequência do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse padrão é compatível com a literatura sobre controle legislativo, segundo a qual instrumentos informacionais como os RICs são frequentemente utilizados para fiscalização do Executivo, especialmente em contextos de oposição política e assimetria informacional (MCCUBBINS; NOLL; WEINGAST, 1987; LEMOS, 2005).

Quanto aos órgãos demandados, observa-se predominância do Ministério da Saúde, seguido do Ministério da Agricultura. Esse resultado indica que os agrotóxicos são majoritariamente enquadrados como questão de saúde pública e regulação administrativa, em detrimento de uma abordagem centrada na dimensão ambiental. Esse padrão reforça o papel das instituições técnicas na mediação das demandas legislativas por informação (MAJONE,

1994).

Em termos temáticos, os RICs concentram-se principalmente em regulação e registro de agrotóxicos, saúde humana e fiscalização (Tabela 1). São recorrentes demandas relacionadas à reavaliação toxicológica, ingredientes ativos, intoxicações e vigilância epidemiológica. Esse padrão é consistente com a literatura que evidencia os impactos dos agrotóxicos na saúde humana no Brasil (PIGNATI et al., 2017; BOMBARDI, 2017).

Tabela 1. Categorias temáticas identificadas nos RICs analisados

Categoria	Temas incluídos nos RICs
Regulação e registro	Registro, reavaliação toxicológica, ingredientes ativos, atuação da ANVISA
Saúde humana	Intoxicações, vigilância epidemiológica, doenças, riscos à população
Fiscalização e controle	Resíduos em alimentos, fiscalização, comércio ilegal, monitoramento
Questões econômicas e produtivas	Incentivos fiscais, importação, exportação, mercado, produção agrícola
Impactos ambientais	Contaminação ambiental, água, fauna, biodiversidade
Casos específicos	Episódios locais, acidentes, empresas, produtos específicos
Políticas públicas e gestão	Programas governamentais, ações ministeriais, implementação de políticas

Por outro lado, temas relacionados aos impactos ambientais e à biodiversidade aparecem com menor frequência, indicando uma menor incorporação de abordagens ecossistêmicas no debate legislativo. Esse resultado dialoga com avaliações globais sobre declínio de polinizadores e a importância de sua integração às políticas públicas (IPBES, 2016), bem como com a literatura sobre serviços ecossistêmicos (MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2005).

Esse padrão pode ser interpretado à luz da governança ambiental, caracterizada pela atuação de múltiplos atores institucionais e fluxos assimétricos de informação (OSTROM, 1990; DIETZ; OSTROM; STERN, 2003; BERKES, 2017). Nesse arranjo, os RICs funcionam como instrumento de conexão entre Legislativo e Executivo, mas refletem predominantemente preocupações regulatórias e sanitárias, em detrimento de abordagens ecológicas integradas.

De forma geral, os resultados indicam que os RICs são utilizados principalmente para tratar de conflitos regulatórios e riscos imediatos à saúde, enquanto processos ecológicos de

longo prazo, como o declínio de polinizadores, permanecem pouco presentes. Apesar do avanço das evidências científicas sobre o tema (POTTS et al., 2010), sua incorporação ao debate legislativo ainda é limitada.

Por fim, os resultados reforçam o potencial dos RICs como fonte documental para estudos em governança ambiental, permitindo identificar padrões institucionais de demanda por informação e lacunas temáticas. No entanto, sua interpretação é mais robusta quando combinada à análise qualitativa das respostas do Poder Executivo, permitindo uma compreensão mais completa da relação entre ciência, política e tomada de decisão (JASANOFF, 2004).

Considerações Finais

Os Requerimentos de Informação (RICs) mostraram-se uma fonte relevante para a análise de padrões de governança ambiental, permitindo identificar como o Legislativo estrutura suas demandas por informação no contexto dos agrotóxicos e polinizadores. A partir dos 95 documentos analisados, observou-se uma concentração temática em questões regulatórias, de saúde humana e fiscalização, indicando que o debate parlamentar é fortemente orientado por dimensões administrativas e sanitárias.

Os resultados também evidenciam uma assimetria na atenção dedicada aos diferentes aspectos do problema, com menor frequência de temas relacionados aos impactos ambientais e aos serviços ecossistêmicos. Esse padrão sugere uma limitação na incorporação de abordagens ecológicas mais amplas no processo legislativo, especialmente no que se refere à biodiversidade e ao papel dos polinizadores.

Além disso, a distribuição temporal e institucional dos RICs indica variações significativas no interesse parlamentar ao longo do período analisado, bem como a predominância de determinados atores políticos e órgãos demandados, reforçando o caráter político e estratégico do uso desse instrumento de controle.

Dessa forma, conclui-se que os RICs possuem elevado potencial como fonte documental para estudos em governança ambiental, pois permitem acessar não apenas os temas em debate, mas também as prioridades informacionais do Legislativo. No entanto, sua interpretação se torna mais robusta quando combinada à análise qualitativa das respostas do Poder Executivo, possibilitando uma compreensão mais completa da dinâmica entre ciência, política e tomada de decisão.

Referências

- ARAÚJO, Victor Augusto. *Mecanismo de alinhamento de preferências em governos multipartidários: controle de políticas públicas no presidencialismo brasileiro*. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- BERKES, Fikret. *Sacred ecology*. 4. ed. New York: Routledge, 2017.
- BOMBARDI, Larissa Mies. *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*. São Paulo: FFLCH/USP, 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- DIETZ, Thomas; OSTROM, Elinor; STERN, Paul C. The struggle to govern the commons. *Science*, v. 302, n. 5652, p. 1907–1912, 2003. <https://doi.org/10.1126/science.1091015>
- IPBES. *The assessment report on pollinators, pollination and food production*. Bonn: IPBES Secretariat, 2016.
- JASANOFF, Sheila. *States of knowledge: the co-production of science and social order*. London: Routledge, 2004.
- LEMONS, Leany Barreiro. *Controle legislativo no presidencialismo brasileiro: o caso da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.
- MAJONE, Giandomenico. The rise of the regulatory state in Europe. *West European Politics*, v. 17, n. 3, p. 77–101, 1994. <https://doi.org/10.1080/01402389408425031>
- MCCUBBINS, Mathew D.; NOLL, Roger G.; WEINGAST, Barry R. Administrative procedures as instruments of political control. *Journal of Law, Economics, & Organization*, v. 3, n. 2, p. 243–277, 1987.
- MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. *Ecosystems and human well-being: synthesis*. Washington, DC: Island Press, 2005.
- OSTROM, Elinor. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PIGNATI, Wanderlei Antonio et al. Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil e impactos na saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 10, p. 3271–3280, 2017.
- POTTS, Simon G. et al. Global pollinator declines: trends, impacts and drivers. *Trends in Ecology & Evolution*, v. 25, n. 6, p. 345–353, 2010. <https://doi.org/10.1016/j.tree.2010.01.007>